

ÍNDICE DE ESTRUTURA

PARTE I

INTRODUÇÃO À REALIDADE FINANCEIRA

CAPÍTULO I

O FENÓMENO FINANCEIRO — FACTOS E NORMAS

§ 1.º — CONCEITO DE FINANÇAS PÚBLICAS

1.1 — Finanças públicas e finanças privadas	3
1.2 — Acepções de «finanças públicas»	4
1.3 — O fenómeno financeiro	4

§ 2.º — A ECONOMIA DO FENÓMENIO FINANCEIRO

1.4 — Economia privada, social e pública	5
1.5 — O poder e a economia: ordenação, intervenção e actuação económicas	7
1.6 — A actividade financeira	13
1.7 — A optimização social e seus critérios teóricos	17
1.8 — Causas de incapacidade do mercado	25
1.9 — A provisão pública de bens	33
1.10 — A actividade financeira e seus critérios finalistas	41

§ 3.º — FINANÇAS, DOUTRINAS E SISTEMAS ECONÓMICOS

1.11 — As finanças públicas e os sistemas económico-sociais	46
1.12 — O sistema capitalista	48
1.13 — Os regimes económicos e as doutrinas	50
1.14 — O liberalismo e as finanças neutras	52
1.15 — A transição para as finanças intervencionistas	58
1.16 — O intervencionismo financeiro e as finanças activas	61
1.17 — Finanças públicas e sistemas colectivistas	68

§ 4.º — A ACTIVIDADE FINANCEIRA COMO FENÓMENO POLÍTICO

1.18 — Estado e actividade financeira	74
1.19 — Decisão política e decisão financeira	83
1.20 — O Estado e outras entidades sociais	95

§ 5.º — FACTOS E NORMAS NA ACTIVIDADE FINANCEIRA

1.21 — As finanças públicas e o direito financeiro	97
1.22 — Autonomia e natureza do direito financeiro	99
1.23 — Fontes do direito financeiro	104

§ 6.º — O PENSAMENTO FINANCEIRO

1.24 — O conhecimento científico do fenómeno financeiro	108
1.25 — Grandes linhas de evolução do pensamento financeiro	111

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FINANÇAS PORTUGUESAS

2.1 — Introdução	115
2.2 — Razão de ordem	115
2.3 — O património senhorial-feudal e a monarquia agrária	116
2.4 — O Estado patrimonial, o comércio ultramarino e a centralização do poder	119
2.5 — O liberalismo monárquico e republicano	124
2.6 — O Estado Novo e as finanças da actualidade	130

CAPÍTULO III

ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES

§ 1.º — O SECTOR PÚBLICO E SUA ESTRUTURA

3.1 — O Estado e o sector público	141
3.2 — Os subsectores institucionais: noção e critérios	142
3.3 — Dimensão do sector público administrativo (SPA)	150
3.4 — As formas de autonomia financeira	152
3.5 — Os subsectores administrativos: seu peso	157
3.6 — O peso do sector empresarial do Estado	159

§ 2.º — OS SUBSECTORES FINANCEIROS

3.7 — A Administração central	160
3.8 — A segurança social	172
3.9 — O sector empresarial do Estado	184

3.10 — As finanças das autarquias locais	209
3.11 — As finanças regionais	219
3.12 — As finanças das Comunidades Europeias e Portugal	230

§ 3.º — AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PORTUGUESAS

3.13 — Instituições financeiras do Estado moderno	241
3.14 — Razão de ordem	243
3.15 — A constituição financeira, norma fundamental do sector público	243
3.16 — Os decisores financeiros	267
3.17 — A administração financeira	275
3.18 — Os tribunais financeiros	289
3.19 — Os instrumentos financeiros	291
3.20 — O património do Estado	291
3.21 — O orçamento do Estado	295

CAPÍTULO IV

O PATRIMÓNIO PÚBLICO

§ 1.º — O PATRIMÓNIO DO ESTADO: NOÇÃO E CONTEÚDO

4.1 — Noção de património do Estado	303
4.2 — Delimitação do seu conteúdo	305
4.3 — Património dominial e património obrigacional	309
4.4 — Património duradouro e não duradouro	313

§ 2.º — IMPORTÂNCIA E FUNÇÕES

4.5 — Modos de prestação de utilidades pelo património	315
4.6 — Importância financeira do património	318
4.7 — Funções do património estadual	321

§ 3.º — A GESTÃO PATRIMONIAL

4.8 — A gestão patrimonial em geral	323
4.9 — A gestão patrimonial especial	324
4.10 — Racionalidade e controlo da gestão patrimonial	325
4.11 — O inventário patrimonial	327
4.12 — O balanço do Estado	330
4.13 — Administração dos bens patrimoniais	332

CAPÍTULO V

O ORÇAMENTO ESTADUAL

DIVISÃO I

ESTÁTICA ORÇAMENTAL

§ 1.º — CONCEITO, ORIGEM E FUNÇÕES DO ORÇAMENTO

5.1 — Conceito de orçamento	335
5.2 — Orçamento e actividade financeira	336
5.3 — Elementos do orçamento e figuras afins	337
5.4 — Funções do orçamento	338
5.5 — Origens da instituição orçamental	341

§ 2.º — O REGIME FUNDAMENTAL DO ORÇAMENTO

5.6 — As regras orçamentais	345
5.7 — A anualidade orçamental	347
5.8 — A plenitude orçamental	349
5.9 — A discriminação orçamental	353
5.10 — A publicidade	355
5.11 — O equilíbrio orçamental — primeira aproximação	356
5.12 — Sentido actual das regras orçamentais	356

§ 3.º — O CONTEÚDO DO ORÇAMENTO: O EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

5.13 — O princípio do equilíbrio orçamental	365
5.14 — O equilíbrio orçamental no pensamento clássico e neo-clássico	367
5.15 — O orçamento de capital e o equilíbrio	370
5.16 — O equilíbrio do orçamento em Portugal	371
5.17 — Apreciação do princípio do equilíbrio	379

§ 4.º — ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

5.18 — O conteúdo formal do orçamento	391
5.19 — Conteúdo substancial do orçamento — aspectos jurídicos	397
5.20 — A não aprovação do orçamento	408

§ 5.º — PREPARAÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO

5.21 — Preparação do orçamento	410
5.22 — Processos de racionalização orçamental da previsão (e execução) orçamental	419
5.23 — A aprovação do orçamento	427

§ 6.º — EXECUÇÃO, CONTROLO E RESPONSABILIDADES ORÇAMENTAIS

5.24 — A execução do orçamento	429
5.25 — Alterações orçamentais	435
5.26 — O Tesouro Público e a execução orçamental	440
5.27 — Controlo financeiro e controlo orçamental	451
5.28 — A fiscalização orçamental em Portugal	455
5.29 — O Tribunal de Contas	458
5.30 — As Contas Públicas e a responsabilidade financeira	468
5.31 — A responsabilidade por infracções financeiras	479

ADITAMENTO — Tratado da União Europeia	489
--	-----

ÍNDICE ANALÍTICO	497
------------------------	-----